

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA****Decreto do Presidente da República n.º 115/2010**

de 9 de Novembro

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

É ratificado o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Sérvia no Domínio da Defesa, assinado em Belgrado em 13 de Fevereiro de 2009, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 116/2010, em 1 de Outubro de 2010.

Assinado em 27 de Outubro de 2010.

Publique-se.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Referendado em 3 de Novembro de 2010.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA****Resolução da Assembleia da República n.º 116/2010**

**Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Sérvia no Domínio da Defesa, assinado em Belgrado em 13 de Fevereiro de 2009**

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Sérvia no Domínio da Defesa, assinado em Belgrado em 13 de Fevereiro de 2009, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, sérvia e inglesa, se publica em anexo.

Aprovada em 1 de Outubro de 2010.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA SÉRVIA NO DOMÍNIO DA DEFESA**

A República Portuguesa e a República da Sérvia, doravante designadas por Partes:

Tendo em conta os princípios e objectivos da Carta das Nações Unidas;

Desejando contribuir para a paz e segurança na Europa;

Actuando no espírito de parceria e cooperação visando o desenvolvimento de boas relações no domínio da defesa e em ordem ao aprofundamento da estima, da confiança e da compreensão mútuas;

acordam no seguinte:

**Artigo 1.º****Objecto do Acordo**

1 — O presente Acordo visa promover a cooperação entre as Partes em matéria de defesa, dentro das suas competências, com respeito pelas respectivas leis internas e pelos compromissos internacionais por ambas assumidos.

2 — As Partes cooperarão com base nos princípios da igualdade, reciprocidade e interesse mútuo.

**Artigo 2.º****Direitos e obrigações**

O presente Acordo não afectará os direitos e obrigações das Partes decorrentes dos acordos internacionais que tenham concluído, individualmente ou em conjunto, com outros Estados ou organizações internacionais e não será invocado contra Estados terceiros.

**Artigo 3.º****Definições**

Para efeitos de aplicação do presente Acordo, os termos abaixo indicados terão o seguinte significado:

- 1) Parte que envia, designa a Parte que envia pessoal, bens e equipamento para o território da Parte que recebe;
- 2) Parte receptora, designa a Parte em cujo território é recebido o pessoal, bens e equipamento da Parte que envia;
- 3) Pessoal, designa o pessoal militar e os civis a prestar serviço nas instituições e serviços das Partes.

**Artigo 4.º****Autoridades competentes**

As autoridades competentes, responsáveis pela aplicação do presente Acordo, são:

- a) Pela Parte portuguesa, o Ministério da Defesa Nacional;
- b) Pela Parte sérvia, o Ministério da Defesa.

**Artigo 5.º****Áreas de cooperação**

1 — A cooperação entre as Partes desenvolve-se nas seguintes áreas:

- a) Política de segurança e defesa;
- b) Planeamento de defesa;
- c) Cooperação económico-militar;
- d) Cooperação científico-militar;
- e) Formação e treino militar;
- f) Legislação no domínio da defesa;
- g) Medicina militar;
- h) Geografia e cartografia militares;
- i) Operações humanitárias e de paz;
- j) Protecção do ambiente em unidades militares;
- k) Actividades sociais, desportivas e culturais;
- l) Outras áreas de interesse mútuo no domínio da defesa acordadas pelas Partes competentes.

2 — Com vista à implementação do presente Acordo, as Partes podem concluir acordos ou protocolos específicos.

**Artigo 6.º****Modalidades de cooperação**

A cooperação entre as Partes realiza-se através de:

- a) Visitas oficiais;
- b) Reuniões de trabalho;
- c) Consultas e troca de experiências;
- d) Participação em exercícios;

e) Participação em conferências, simpósios e seminários;

f) Troca de informação, documentação e projectos de investigação de interesse mútuo;

g) Quaisquer outras formas de cooperação acordadas entre as Partes.

#### Artigo 7.º

##### Comissão mista

1 — Para a execução do presente Acordo, é criada uma comissão mista, composta por representantes designados pelas Partes.

2 — A comissão mista reúne pelo menos uma vez por ano, alternadamente, em Portugal e na Sérvia, com vista a coordenar o plano de cooperação anual.

3 — Compete à comissão mista aprovar as suas regras de funcionamento.

#### Artigo 8.º

##### Protecção da informação classificada

A protecção de informação classificada trocada entre as Partes, seus representantes, ou entidades oficiais resultante de acordos ou contratos de cooperação, concluídos ou a concluir, será regulamentada por um acordo bilateral de segurança sobre protecção mútua de informação classificada.

#### Artigo 9.º

##### Repartição de despesas

Salvo se as partes dispuserem de forma diferente, as despesas relacionadas com as actividades levadas a cabo no âmbito do presente Acordo são suportadas nos termos seguintes:

a) A Parte que envia suporta as despesas com as viagens e ajudas de custo;

b) A Parte receptora suporta as despesas com a alimentação e o alojamento.

#### Artigo 10.º

##### Indemnizações

1 — Uma Parte renunciará a qualquer pedido de indemnização contra a outra Parte ou membro das Forças Armadas da outra Parte por danos causados no exercício de alguma das actividades desenvolvidas no âmbito do presente Acordo, salvo em casos de dolo ou negligência.

2 — Nos termos da legislação nacional da Parte receptora, as Partes indemnizarão qualquer dano causado a terceiros por membros das suas Forças Armadas.

3 — Se as Forças Armadas de ambas as Partes forem responsáveis pelo dano causado a terceiros, assumirão ambas, solidariamente, a responsabilidade.

#### Artigo 11.º

##### Assistência médica

Sempre que necessário, a Parte receptora providenciará ao pessoal da Parte que envia, quando este se encontra no seu território no âmbito deste Acordo, o apoio médico e tratamento dentário de emergência, sem que haja lugar a reembolso.

#### Artigo 12.º

##### Entrada em vigor

O presente Acordo entra em vigor 30 dias após a recepção da última das notificações por escrito e por via diplomática, comunicando o cumprimento dos requisitos internos de cada uma das Partes necessários para o efeito.

#### Artigo 13.º

##### Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação do presente Acordo será solucionada através de negociação, por via diplomática.

#### Artigo 14.º

##### Alterações

1 — O presente Acordo pode ser alterado a pedido de qualquer das Partes.

2 — As alterações acordadas entre as Partes entram em vigor nos termos previstos no artigo 12.º do presente Acordo.

#### Artigo 15.º

##### Vigência e denúncia

1 — O presente Acordo permanecerá em vigor por tempo ilimitado.

2 — Qualquer das Partes pode, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo mediante notificação prévia por escrito e por via diplomática.

3 — O presente Acordo cessa a sua vigência 90 dias após a recepção da respectiva notificação.

4 — A denúncia do presente Acordo não afectará as actividades em curso, salvo se as Partes acordarem de outro modo, por escrito e por via diplomática.

5 — Em caso de denúncia do presente Acordo os acordos complementares referidos no n.º 2 do artigo 5.º permanecerão em vigor a menos que estes disponham em contrário.

#### Artigo 16.º

##### Registo

Após a entrada em vigor do presente Acordo, a Parte em cujo território o mesmo é assinado deverá submetê-lo para registo ao Secretariado das Nações Unidas, nos termos do artigo 102.º da Carta das Nações Unidas, e deverá notificar a outra Parte do cumprimento deste procedimento, indicando também o seu número de registo.

Feito em Belgrado, em 13 de Fevereiro de 2009, em dois originais, nas línguas portuguesa, sérvia e inglesa, sendo todos eles igualmente autênticos. Em caso de divergências de interpretação, prevalece a versão em inglês.

Pela República Portuguesa:

*Nuno Severiano Teixeira*, Ministro da Defesa.

Pela República da Sérvia:

*Dragan Šutanovac*, Ministro da Defesa.

**СПОРАЗУМ О САРАДЊИ**

**ИЗМЕЂУ**

**РЕПУБЛИКЕ ПОРТУГАЛ**

**И**

**РЕПУБЛИКЕ СРБИЈЕ**

**У ОБЛАСТИ ОДБРАНЕ**

Република Португал и Република Србија (у даљем тексту: Стране),

полазећи од циљева и принципа Повеље Уједињених нација,

у жељи да допринесу миру и безбедности у Европи,

понашајући се у духу партнерства и сарадње са жељом да развијају добре односе у области одбране, ради унапређења узајамног поштовања, поверења и разумевања,

споразумеле су се о следећем:

**Члан 1.  
ОБИМ**

(1) Циљ овог споразума је унапређење сарадње између Страна у области одбране, у оквиру њихових капацитета, а у складу са њиховим националним правом и међународним обавезама које су обе Стране преузеле.

(2) Сарадња између Страна биће заснована на принципима равноправности, реципроцитета и заједничких интереса.

**Члан 2.  
ПРАВА И ОБАВЕЗЕ**

Овај споразум неће утицати на права и обавезе Страна које проистичу из међународних споразума које су појединачно или заједно закључиле са другим државама или међународним организацијама и неће се користити против трећих држава.

**Члан 3.  
ДЕФИНИЦИЈЕ**

За потребе овог споразума, доле наведени термини имају следеће значење:

- 1) Страна-пошљалац је Страна која шаље особље, средства и опрему на територију Стране-примаоца.
- 2) Страна-примацац је Страна на чијој територији се налазе особље, средства и опрема Стране-пошљалоца.
- 3) Особље су војна и цивилна лица на служби у институцијама и органима Страна.

**Члан 4.  
НАДЛЕЖНИ ОРГАНИ**

Надлежни органи за спровођење овог споразума су:

- а) за португалску Страну: Министарство националне одбране;
- б) за српску Страну: Министарство одбране

**Члан 5.  
ОБЛАСТИ САРАДЊЕ**

(1) Стране ће остваривати сарадњу у следећим областима:

- а) одбрамбене и безбедносне политике;
- б) планирања одбране;
- ц) војноекономске сарадње;
- д) војнонаучне сарадње;
- е) војног образовања и обуке;
- ф) законодавства у области одбране;
- г) војне медицине;
- х) војне топографије и картографије;
- и) мировним, хуманитарним и другим сличним операцијама;
- ј) заштите животне средине у оквиру војних објеката;
- к) социјалних, спортских и културних активности;
- л) другим областима од заједничког интереса у области одбране, о којима се Стране договоре.

(2) Ради реализације овог споразума, Стране могу да закључе друге споразуме или конкретне протоколе.

**Члан 6.  
НАЧИНИ САРАДЊЕ**

Сарадња између Страна оствариваће се:

- 1) званичним посетама;
- 2) радним састанцима;
- 3) разменом искустава и консултацијама;
- 4) учешћем на вежбама;
- 5) учешћем на конференцијама, симпозијумима и семинарима;

- 6) разменом информација и докумената и истраживачким пројектима од заједничког интереса;
- 7) на друге начине о којима Стране постигну договор.

**Члан 7.  
ЗАЈЕДНИЧКА КОМИСИЈА**

(1) У циљу спровођења овог споразума, биће формирана Заједничка комисија од представника које Стране буду именовале.

(2) Заједничка комисија састајаће се најмање једном годишње, наизменично у Португалу и Србији ради усаглашавања годишњег плана сарадње.

(3) Правила унутрашње организације рада утврдиће Заједничка комисија.

**Члан 8.  
ЗАШТИТА ПОВЕРЉИВИХ ИНФОРМАЦИЈА**

Заштита поверљивих информација које размене Стране, њихови појединци или правна лица, на основу споразума и уговора о сарадњи већ закључених или оних који ће тек бити закључени, биће регулисана билатералним безбедносним споразумом о узајамној заштити поверљивих информација.

**Члан 9.  
ПОДЕЛА ТРОШКОВА**

Осим уколико се Стране другачије не договоре, трошкови у вези са активностима које се спроведу у оквиру реализације овог Споразума биће регулисани на следећи начин:

- а) Страна пошљалац ће сносити трошкове путовања и дневница;
- б) Страна прималац ће сносити трошкове хране и смештаја.

**Члан 10.  
ОДШТЕТНИ ЗАХТЕВИ**

(1) Свака од Страна се одриче потраживања одштетних захтева од друге Стране за штету која настане приликом реализације било које активности у оквиру овог споразума, осим у случајевима када штета настане услед злонамерног понашања или немара.

(2) Сагласно договору Страна и/или њихових Надлежних органа, Стране ће платити надокнаду за сваку штету коју њихово Особље нанесе трећој страни приликом реализације било које активности у оквиру овог споразума

(3) Уколико је Особље обеју Страна одговорно за било какву штету нанету трећој страни, сматраће се да се ради о солидарној одговорности.

**Члан 11.  
МЕДИЦИНСКА ПОМОЋ**

У случају потребе, Страна прималац пружиће особљу Стране пошљалоца хитну медицинску и стоматолошку помоћ без накнаде, док борави на њеној територији у циљу реализације овог споразума.

**Члан 12.  
СТУПАЊЕ НА СНАГУ**

Споразум ступа на снагу тридесет дана након датума пријема другог од два обавештења, у писаној форми и дипломатским путем, у којима се наводи да је свака Страна спровела поступак неопходан у ту сврху.

**Члан 13.  
РЕШАВАЊЕ СПОРОВА**

Сваки спор у вези са тумачењем или применом овог споразума, Стране ће решавати преговорима дипломатским путем.

**Члан 14.  
ИЗМЕНЕ И ДОПУНЕ**

(1) Овај споразум може бити измењен и допуњен на захтев једне од Страна.

(2) Измене и допуне договорене између Страна, ступају на снагу у складу са условима наведеним у члану 12. овог споразума.

**Члан 15.  
ПЕРИОД ВАЖЕЊА И ОТКАЗИВАЊЕ СПОРАЗУМА**

(1) Споразум остаје на снази неограничено.

(2) Било која од Страна може, у било које време, отказати овај споразум, претходним писаним обавештењем и дипломатским путем.

(3) Овај споразум престаје да важи деведесет дана након пријема таквог обавештења.

(4) Отказивање Споразума неће утицати на текуће активности, осим уколико се Стране не договоре другачије у писаној форми и дипломатским путем.

(5) У случају престанка важности овог споразума, додатни споразуми из Члана 5., став 2., остају на снази, осим уколико тим додатним споразумима није другачије предвиђено.

**Члан 16.  
РЕГИСТРАЦИЈА**

Након ступања на снагу овог споразума, Страна на чијој територији исти буде потписан, проследиће Споразум Секретаријату Уједињених нација ради регистравања, у складу са Чланом 102. Повеље Уједињених нација и обавестиће другу Страну о томе да је спровела овај поступак, наводећи и регистарски број Споразума.

Сачињено у Београду, дана 13. фебруара 2009. године, у два истоветна примерка на португалском, српском и енглеском језику, при чему су сви примерци подједнако аутентични. У случају разлика у тумачењу, меродаван је текст на енглеском језику.

ЗА РЕПУБЛИКУ ПОРТУГАЛ

ЗА РЕПУБЛИКУ СРБИЈУ

Нуно Севериано Теиксеира  
министар националне одбране

Драган Шутановац  
министар одбране

**AGREEMENT ON CO-OPERATION BETWEEN THE PORTUGUESE  
REPUBLIC AND THE REPUBLIC  
OF SERBIA IN THE FIELD OF DEFENCE**

The Portuguese Republic and the Republic of Serbia (hereinafter referred to as the Parties):

Taking into account the goals and principles of the United Nations Charter;

Desiring to contribute to peace and security in Europe;  
Acting in the spirit of partnership and co-operation wishing to develop good relations in the field of defence, in order to enhance mutual esteem, confidence and understanding;  
agree as follows:

**Article 1**

**Scope**

1 — The purpose of this Agreement is to promote the co-operation between the Parties in the field of defence, within their capacities, in accordance with their internal laws and the international commitments undertaken by both Parties.

2 — The Parties shall co-operate on the basis of the principles of equality, reciprocity and mutual interests.

**Article 2**

**Rights and obligations**

This Agreement shall not affect the rights and obligations of the Parties arising from international agreements which they have either individually or together concluded with other states or international organizations and shall not be used against third states.

**Article 3**

**Definitions**

For the purpose of this Agreement the terms listed below are defined as follows:

1) Sending Party means the Party that sends personnel, assets and equipment to the territory of the receiving Party;

2) Receiving Party means the Party in whose territory the personnel, assets and equipment of the sending Party are located;

3) Personnel means military and civilian personnel working for the institutions and bodies of the Parties.

**Article 4**

**Competent authorities**

The competent authorities in charge of the implementation of this Agreement are:

a) For the Portuguese Party, the Ministry of National Defence;

b) For the Serbian Party, the Ministry of Defence.

**Article 5**

**Fields of co-operation**

1 — The Parties shall co-operate in the following areas:

a) Defence and security policy;

b) Defence planning;

c) Military economic co-operation;

d) Military scientific co-operation;

e) Military education and training;

f) Legislation in the field of defence;

g) Military medicine;

h) Military topography and cartography;

i) Peace, humanitarian and other similar operations;

j) Protection of environment within military facilities;

k) Social, sports and cultural activities;

l) Any other areas of mutual interest in the field of defence, agreed by the Parties.

2 — In order to implement this Agreement, the Parties may conclude other agreements or specific protocols.

**Article 6**

**Ways of co-operation**

The co-operation between the Parties shall be carried out through:

a) Official visits;

b) Working meetings;

c) Exchange of experience and consultations;

d) Participation in exercises;

e) Participation in conferences, symposiums and seminars;

f) Exchange of information, documentation and research projects of mutual interest;

g) Any other forms of co-operation agreed by the Parties.

**Article 7**

**Joint commission**

1 — In order to implement this Agreement, a joint commission shall be established, with representatives appointed by the Parties.

2 — The joint commission shall meet at least once a year, alternatively in Portugal and Serbia, to coordinate the annual co-operation plan.

3 — The internal rules of the work will be settled by the joint commission.

## Article 8

**Protection of classified information**

The protection of classified information exchanged between the Parties, their individuals or legal entities, under co-operation arrangements or contracts concluded or to be concluded shall be ruled by a bilateral security agreement on mutual protection of classified information.

## Article 9

**Cost sharing**

Unless the Parties agree differently, costs related to the activities carried out within the scope of this Agreement shall be covered as follows:

- a) The sending Party shall cover travel costs and daily allowances;
- b) The receiving Party shall cover the costs of meals and accommodation.

## Article 10

**Claims**

1 — Each Party shall waive any claims against the other Party for damage occurred when conducting any of the activities carried out within the scope of this Agreement, except in cases of wilful misconduct or negligence.

2 — Pursuant to the agreement reached by the Parties and or their competent authorities, the Parties shall pay the compensation for any damage caused to a third party by their personnel when conducting any of the activities carried out within the scope of this Agreement.

3 — If the personnel of both Parties are responsible for any damage caused to a third party, the liability shall be considered to be joint and several.

## Article 11

**Medical assistance**

If needed, the receiving Party will provide emergency medical and dental care without reimbursement for the personnel of the sending Party while on its territory for the purpose of the implementation of this Agreement.

## Article 12

**Entry into force**

This Agreement shall enter into force thirty days after the date of receipt of the later of the notifications, in writing and through diplomatic channels, conveying the completion of the internal procedures of each Party required for that purpose.

## Article 13

**Settlement of disputes**

Any dispute concerning the interpretation or application of this Agreement shall be settled through negotiation via diplomatic channels.

## Article 14

**Amendments**

1 — This Agreement may be amended by request of one of the Parties.

2 — The amendments agreed upon by the Parties shall enter into force in accordance with the terms specified in article 12 of this Agreement.

## Article 15

**Duration and termination**

1 — This Agreement shall remain in force for an unlimited period of time.

2 — Either Party may, at any time, terminate this Agreement upon a prior notification in writing and through diplomatic channels.

3 — This Agreement shall terminate ninety days after the receipt of such a notification.

4 — The termination of this Agreement shall not affect the ongoing activities, except if the Parties agree otherwise in writing and through diplomatic channels.

5 — In case of termination of this Agreement, the supplementary agreements from article 5, paragraph 2, shall remain in force unless envisaged otherwise by these supplementary agreements.

## Article 16

**Registration**

Upon the entry into force of this Agreement, the Party in whose territory it is signed shall transmit it to the Secretariat of the United Nations for registration, in accordance with the article 102 of the Charter of the United Nations, and shall notify the other Party of the completion of this procedure, indicating its registration number as well.

Done at Belgrade on the 13<sup>th</sup> of February of 2009, in two originals, in the Portuguese, Serbian and English languages, all texts being equally authentic. In case of different interpretations, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:

*Nuno Severiano Teixeira*, Minister of National Defence.

For the Republic of Serbia:

*Dragan Šutanovac*, Minister of Defence.

**Resolução da Assembleia da República n.º 117/2010****Recomenda ao Governo que adopte uma perspectiva multidisciplinar na composição de determinadas equipas de apoio às escolas, de acordo com a sua abrangência territorial**

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República, recomendar ao Governo que adopte uma perspectiva multidisciplinar na composição de determinadas equipas de apoio às escolas, de acordo com a sua abrangência territorial, na directa dependência das direcções regionais de educação, dotando-as de técnicos especializados nas áreas das ciências da educação, da psicologia e do serviço social, com vista a prestar apoio pluridisciplinar, designadamente através de colaboração nos seguintes domínios:

- a) Promoção de medidas de integração e inclusão do aluno na escola tendo em conta a sua envolvimento familiar e social;
- b) Coordenação de sessões de capacitação parental;
- c) Dinamização de sessões de formação em Gestão Comportamental;
- d) Desenvolvimento de mediação social, procurando, supletivamente, outros agentes para a mediação na comunidade educativa e no meio envolvente, nomeadamente pais e encarregados de educação;